



Índice

- 01** [Achado DNA da Polinésia em índios extintos do Brasil](#)
- 02** [Aldeias indígenas viram refúgio de imigrantes ilegais no MS](#)
- 03** [Código Florestal e Questão Indígena: FPA vai á justiça e bate à porta do STF e da AGU](#)
- 04** [No Tapajós, índios reclamam de pesquisa para construção de usina](#)
- 05** [Tetila pede Centro Comunitário para Reserva Indígena](#)
- 06** [Funai adia pagamento de indenizações para famílias em terra indígena no Morro dos Cavalos, em Palhoça](#)
- 07** [MPF promove audiência pública sobre demarcação de terras indígenas](#)
- 08** [PA: operação armada no Tapajós preocupa MPF e indígenas](#)
- 09** [Secretaria realiza diagnóstico sobre quilombolas](#)
- 10** [Quilombolas se reúnem com Iterpa para debater titulação de territórios no Pará](#)
- 11** [Ponte da estrada dos Quilombos é reconstruída](#)
- 12** [Comunidade quilombola quer evitar desapropriação](#)
- 13** [Juiz manda Incra tirar fazenda da Picadinha de estudo quilombola](#)
- 14** [Comissão discute políticas para quilombolas](#)
- 15** [Ong é denunciada por incentivar índios a trancar BR com corrente](#)



Achado DNA da Polinésia em índios extintos do Brasil

SÍTIO TRIBUNASITE, 02.04.2013

Análises genéticas de crânios antigos guardados no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro revelaram um componente inesperado no genoma de uma linhagem extinta de índios brasileiros chamados botocudos (ou aimorés). Vasculhando o DNA mitocondrial desses índios, em busca de pistas sobre o povoamento das Américas, pesquisadores encontraram algumas marcas genéticas características de povos polinésios, das ilhas do Pacífico. O estudo não propõe que houve uma migração de polinésios para as Américas (altamente improvável, tanto do ponto de vista geográfico quanto cronológico), mas sugere que, de alguma forma indireta, pessoas de origem ou ancestralidade polinésia cruzaram com a linhagem dos botocudos na mata atlântica do sudeste brasileiro.

Só não se sabe quando, onde nem como isso teria acontecido. "Precisamos achar uma explicação para isso", diz o pesquisador Sérgio Pena, da Universidade Federal de Minas Gerais, que coordenou o estudo. O trabalho, publicado na revista PNAS, propõe quatro caminhos que o DNA polinésio poderia ter percorrido para chegar aos botocudos. O cenário mais plausível, segundo Pena, é que ele tenha chegado no início do século 19, com escravos de Madagascar, país africano onde há uma herança genética polinésia. Pode ter havido uma miscigenação entre os escravos e os botocudos, ou mulheres africanas podem ter sido raptadas pelos índios e tido filhos com eles. Os botocudos ocupavam áreas dos atuais Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.

Eles não aceitavam a autoridade portuguesa e foram extintos no fim do século 19, segundo o estudo. As marcas genéticas foram encontradas em amostras extraídas dos dentes de 2 dos 14 crânios pesquisados. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



Boletim de Notícias - Edição nº 053 / 2013

Brasília, 03 de abril de 2013.

Aldeias indígenas viram refúgio de imigrantes ilegais no MS

SÍTIO UOL, 02.04.2013

Aldeias indígenas em Mato Grosso do Sul viraram refúgio para imigrantes ilegais do Paraguai. Traficantes, contrabandistas e ladrões de carros também circulam livremente por essas terras. Como são áreas federais a polícia militar tem dificuldade para fazer a fiscalização e coibir os crimes.

Esta notícia possui recursos multimídia. [Clique aqui.](#)



Código Florestal e Questão Indígena: FPA vai à justiça e bate à porta do STF e da AGU
SÍTIO TERRA, 02.04.2013

Vários membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) vão hoje bater à porta da Justiça para defender os interesses do setor produtivo rural. São duas audiências: uma no Supremo Tribunal Federal (STF) e a outra na Advocacia Geral da União (AGU). Com a ministra Carmem Lúcia. O encontro será logo mais às 13h. Em pauta, o julgamento das três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) de nº 4901, 4902 e 4903 impetradas contra dispositivos do Código Florestal Brasileiro. Outro assunto a ser tratado com a ministra do STF é a revisão e ampliação da reserva indígena Kaxarari, em Lábrea no Amazonas.

Com o ministro da Advocacia Geral da União (AGU), Luis Adams, a reunião está marcada para 17h de hoje (2), no gabinete dele, para discutir o PLP 227/12 que dispõe sobre indenizações provenientes de demarcações de terras indígenas. Como se sabe, uma das bandeiras da FPA é resolver de forma definitiva essa questão indígena no que se refere a essa obsessão da Funai em promover a torto e a direito, por esse país a dentro, demarcações, ampliações e criações de reservas indígenas. A propósito, a FPA não vai desistir de cobrar do presidente Henrique Eduardo Alves a instalação da comissão especial sobre a PEC 215, que delega ao Congresso Nacional poderes para cuidar deste assunto.



No Tapajós, índios reclamam de pesquisa para construção de usina

SÍTIO UOL, 02.04.2013

O início dos estudos ambientais para a construção de usina do complexo do Tapajós, no Pará, vem causando inquietação entre índios da região.

Na semana passada, cerca de 80 pesquisadores, escoltados por homens da Força Nacional, começaram coleta de dados sobre fauna e flora da região de Itaituba (1.300 km de Belém), que deve abrigar a usina de São Luiz do Tapajós.

A usina é uma das nove previstas no complexo Tapajós-Teles Pires, considerado o novo passo do governo para explorar o potencial hidrelétrico da Amazônia, e tão polêmico como o da usina de Belo Monte (PA), por abranger unidades de conservação e terras indígenas.

Índios mundurucu relatam intimidação pelos homens da Força Nacional e dizem que não foram consultados sobre a presença dos pesquisadores.

"Os soldados entraram armados sem avisar ninguém. Fazem abordagens intimidando e atrapalhando o trânsito na área. Os índios estão sem poder caçar e pescar", disse o índio Valdemir Munduruku.

Segundo ele, o foco de tensão é a aldeia Sawre Muybu, onde vivem 200 índios. A reserva indígena fica no médio Tapajós, a duas horas de barco de Itaituba.

A Funai corrobora a queixa. "A Funai e os índios não foram consultados, existe um clima de temor. Eles, policiais e pesquisadores, são intrusos", disse o coordenador do órgão em Itaituba, Deusival Munduruku.

A escolta da Força Nacional foi autorizada pela Justiça Federal em Santarém (PA), em decisão do último dia 26 que negou pedido da Procuradoria para suspender a operação. Procuradores haviam apontado risco de conflito entre índios e policiais.

A Justiça Federal já tinha proibido, em decisão anterior, a concessão de licença prévia para a obra da usina sem consulta aos mundurucu.



Tetila pede Centro Comunitário para Reserva Indígena

SÍTIO MSNEWS, 02.04.2013

O deputado estadual, Laerte Tetila (PT), solicitou à prefeitura de Dourados a viabilização de recursos para a construção de um Centro Comunitário de Múltiplo Uso, na reserva indígena da cidade. A indicação também foi enviada ao senador Delcídio do Amaral (PT) e ao deputado federal Vander Loubet (PT).

O espaço servirá para o desenvolvimento de atividades sociais e culturais, aos cerca de 14 mil índios das etnias Guarani, Kaiowá e Terena, que residem na Reserva, para que organizem reuniões, danças, casamentos, aniversários, exposições, cursos, palestras, confraternizações e outros eventos, como o Aty Guaçu. O Centro deverá ser dotado de cozinha, churrasqueira, depósito, banheiros e um amplo salão comunitário.

O deputado Tetila acredita que tal empreendimento irá melhorar a qualidade de vida dos moradores das aldeias. "A construção de um Centro Comunitário preencherá uma lacuna, já que na localidade não existe nenhum espaço semelhante para a realização de atividades sócio-culturais. Trata-se de uma reivindicação antiga da comunidade indígena", explica Laerte Tetila.



Funai adia pagamento de indenizações para famílias em terra indígena no Morro dos Cavalos, em Palhoça

SÍTIO CLICRBS, 02.04.2013

Representantes da comunidade indígena da aldeia Itaty, no Morro dos Cavalos, em Palhoça, vão ser ouvidos na sessão ordinária da Assembleia Legislativa desta quarta-feira, às 14h. Eles reclamam de omissão e lentidão da Funai no processo demarcatório da área de 1988 hectares, declarada Terra Indígena pelo Ministério da Justiça ainda em 2008.

O comitê do órgão de proteção ao índio que vai indenizar e notificar as famílias que estão dentro do território, que chegaria nesta segunda-feira, não veio. Fato que causou descontentamento nas lideranças guarani, que aguardam a desocupação da área.

— Mais uma vez eles adiaram. Parece piada de 1º de abril — reclamou a cacique da aldeia guarani, Eunice Antunes.

O processo de demarcação no Morro dos Cavalos teve início em 1993 e se arrasta desde então. Dentro da área, cortada pela BR-101, moram 69 famílias com título de posse anterior à 18 de abril de 2008 _ data da portaria do Ministério da Justiça _ e, portanto, com direito ao pagamento pelas construções erguidas sobre a terra. Outros oito proprietários construíram após a portaria declaratória e não possuem direito à compensação financeira.

A data prevista para chegada do Comitê foi publicada no Diário Oficial da União de 25 de março.

A Funai só responde através da central, em Brasília, e por e-mail. Até a publicação desta, não houve resposta do órgão para o motivo do atraso no processo.



MPF promove audiência pública sobre demarcação de terras indígenas

SÍTIO DOURADOSAGORA, 02.04.2013

Como parte de uma mobilização nacional em defesa das terras indígenas, o Ministério Público Federal, por meio da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (populações indígenas e comunidades tradicionais), realizará audiência pública dia 19 de abril, às 14h, no Auditório Juscelino Kubitschek da Procuradoria Geral da República (SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C), em Brasília.

Em 19 de abril, é celebrado o Dia do Índio, momento propício para refletirmos sobre esses povos que ocupam o território brasileiro desde muito antes da chegada dos exploradores europeus a partir do ano 1500. O MPF, um dos órgãos responsáveis pela defesa dos direitos indígenas, aproveita a data para intensificar uma discussão muito importante: a garantia das terras que tradicionalmente ocupam, prevista na Constituição (artigo 231) e no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973).

A ideia, muitas vezes difundida por aqueles contrários aos direitos indígenas, de que 'há muita terra para pouco índio' decorre justamente do desconhecimento das distintas lógicas espaciais dos povos indígenas, principalmente daqueles que vivem em áreas da floresta amazônica, bem como da ocultação da realidade fundiária da maior parte dos povos indígenas das demais regiões brasileiras, onde as dimensões das terras que lhes foram reconhecidas são, em não poucos casos, insuficientes para sua reprodução física e cultural.

Também é muito importante sabermos que a demora do Estado para regularizar terras indígenas deixa tal parte da população vulnerável. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), as terras que continuam sem regularização final, mesmo as registradas e declaradas, são mais expostas a invasões, ocupações, desmatamento e exploração ilegal de recursos naturais.

Confira a dinâmica da audiência:

A audiência será aberta às 14h pela vice-procuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara, Deborah Duprat, a quem competirá a coordenação dos trabalhos;

Haverá 15 minutos de ato realizado por povos indígenas; A palavra será assegurada, nesta ordem, aos seguintes participantes:

- a. Representantes dos povos indígenas, pelo tempo máximo de 2h;
- b. Representantes do governo federal, pelo tempo máximo de 1h;
- c. Membros do Ministério Público Federal, pelo tempo máximo de 40 minutos.

Ao final, será passada a palavra àqueles que forem instados a esclarecer eventuais dúvidas; Os períodos das intervenções acima definidos poderão ser adequados pela coordenadora conforme eventual necessidade decorrente da dinâmica dos trabalhos. Os trabalhos devem terminar às 18h. (MPF/MS)



Boletim de Notícias - Edição nº 053 / 2013

Brasília, 03 de abril de 2013.

PA: operação armada no Tapajós preocupa MPF e indígenas

SÍTIO TERRA, 02.04.2013

A Secretaria Geral da Presidência da República e o Ministério das Minas e Energia (MME) terão que explicar ao Ministério Público Federal (MPF), no prazo de dez dias, o motivo e a finalidade da Operação Tapajós, iniciada no dia 27 de março, que mobiliza, em Itaituba, no oeste do Pará, homens da Força Nacional, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Aérea Brasileira e da Fundação Nacional do Índio.

Na semana passada, por causa do risco de conflito com os indígenas, o MPF pediu que a Justiça Federal impedisse a realização da operação nas proximidades da Terra Indígena Munduruku, onde está planejada a construção da usina hidrelétrica São Luís do Tapajós. O pedido foi negado pelo juiz Airton Aguiar Portela, de Santarém (PA).



Secretaria realiza diagnóstico sobre quilombolas

SÍTIO PORTALNORTE, 02.04.2013

A comunidade quilombola Malhadinha, localizada em Brejinho de Nazaré, foi a primeira das 27 comunidades reconhecidas no Estado do Tocantins a receber a visita técnica do assessor dos afrodescendentes do Departamento de Proteção dos Direitos Humanos e Sociais da Secretaria de Defesa Social (Seds), historiador André Luiz Gomes. O objetivo foi dar início a uma análise situacional do povoado onde vivem 480 pessoas de 72 famílias remanescentes de quilombos, com levantamento socioeconômico para atualização de banco de dados que garantem acesso aos programas do governo.

Informações como situação de moradia, saneamento básico, acesso a programas sociais, educação, saúde, entre outros são alguns dos quesitos que compõem o cadastro. Segundo Gomes, um dos fatores importantes nas comunidades é o fortalecimento de suas associações. "Sem a associação em dia, a política pública não chega aos moradores", destaca o assessor, salientando que durante as visitas tratará do assunto com as lideranças de cada comunidade quilombola.

O presidente da associação de Malhadinha, pastor José Rodrigues, retrata o resultado de se ter um grupo fortalecido. "A comunidade vem crescendo e se estruturando melhor e todos nós que vivemos aqui queremos melhorar a cada dia", afirma.



Quilombolas se reúnem com Iterpa para debater titulação de territórios no Pará
SÍTIO ORM, 02.04.2013

Lideranças quilombolas de vários municípios paraenses se reúnem, nesta quarta-feira (3), com o presidente do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) para discutir os trâmites dos processos de titulação de territórios quilombolas no estado.

A pauta foi proposta pela Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU) para indicar ao Iterpa as comunidades que merecem prioridade na titulação de territorial.

No Pará, 420 comunidades se auto-declaram remanescentes de quilombos. Destas, 103 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares e 108 comunidades possuem o título definitivo. Na maior parte delas, a pressão territorial e os conflitos ameaçam sua permanência nas terras em que vivem tradicionalmente.

Titulação de territórios quilombolas - A titulação definitiva de territórios quilombolas é garantida pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988. O Artigo faz parte de uma política nacional que procurou reconhecer a pluralidade de coletividades étnicas e culturais do país.

Em 2003, o Decreto 6.040, estabeleceu a regulamentação do processo de demarcação e titulação dos territórios quilombolas no país.



Ponte da estrada dos Quilombos é reconstruída

SÍTIO ULTIMANOTICIA, 02.04.2013

A ponte de madeira, que é o meio de acesso da comunidade quilombola à cidade, estava interditada desde o ano passado, pois corria o risco de desabar em função do desgaste da madeira devido à falta de manutenção.

O tráfego de veículos pesados, inclusive de transporte escolar era impossível. As pessoas cruzavam a ponte a pé ou utilizando veículos de pequeno porte, mesmo sabendo do risco da ponte cair.

Em visita ao local, no último dia 7 de março, o prefeito Damon Lázaro de Sena e o secretário municipal de obras, Reinaldo Lacerda firmaram compromisso de reconstruir a ponte em caráter emergencial. Já no dia 08 de março os servidores da SMO iniciaram a obra de reconstrução da mesma, que foi concluída três dias depois.

Com a reativação da ponte, o tráfego de veículos pesados (em grande parte responsáveis pelo escoamento da produção local), do transporte escolar e de carros de pequeno porte foi normalizado e os moradores da comunidade quilombola mantiveram garantido seu direito de ir e vir.



Comunidade quilombola quer evitar desapropriação

SÍTIO CAMARAPOA, 02.04.2013

Em reunião realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) da Câmara Municipal de Porto Alegre, nesta terça-feira (2/4) à tarde, representantes da Procuradoria Geral do Município (PGM) e da comunidade quilombola residente na Rua Santa Cruz, Bairro Santa Tereza, acordaram em elaborar uma petição conjunta a ser enviada à 2ª Vara da Fazenda Pública para que suspenda, por 15 dias, o despejo das cinco famílias que residem no local. A desocupação, inicialmente agendada para ocorrer no dia 26 de março, foi remarcada para a próxima quinta-feira (4/4).

Na mesma petição a ser elaborada, o advogado dos quilombolas, Onir Araújo, que também é presidente da Frente Nacional em Defesa do Território Quilombola, deve se comprometer a anexar ao processo judicial documentos que comprovam a existência de um ilê (terreiro) naquele local e o reconhecimento formal da comunidade tradicional de terreiro. A presidente da Cedecondh, vereadora Fernanda Melchionna (PSOL), garantiu que a Comissão também anexará ao processo um documento relatando as tratativas feitas durante a reunião. No terreno a ser desapropriado na Rua Santa Cruz, a prefeitura pretende reassentar moradores retirados da área que será utilizada na duplicação da Avenida Tronco, uma das obras projetadas para a Copa 2014.

Moradora há 48 anos na comunidade, Christian Mery Penna de Oliveira é neta de Marcelina Martins, proprietária do terreno falecida há dez anos. "Agora chegou uma carta de desapropriação da prefeitura. Em 5 de fevereiro, um oficial de justiça disse que tínhamos de sair do local, mas não houve nenhum diálogo."

O advogado Onir Araújo salientou que o desenvolvimento da cidade não pode ocorrer em detrimento da população pobre e negra. "A família Penna de Oliveira era oriunda da antiga Ilhota, berço da religião de matriz africana. A família foi desapropriada em razão do processo de valorização daquela área. Agora, na Rua Santa Cruz, a prefeitura alega que a desapropriação deve ser feita por interesse social, mas outros preceitos de interesse da sociedade estão sendo desconsiderados, como a identidade e o pertencimento dessas famílias.", disse Onir, lembrando que o ilê da Mãe Dona Marcelina se constitui em um dos mais famosos do Estado. "A família está sendo perseguida pela expansão da cidade. É uma história que se repete."

Para Onir, a ação para desapropriação por interesse social desconsidera o pertencimento das famílias negras consolidadas há décadas naquele local e a existência de terreiros. "Serão 26 terreiros impactados pela abertura da Avenida Tronco. Isso envolve muito mais do que retirar pessoas de um lugar para colocá-las em outro. As famílias estão pedindo prazo maior para buscar uma negociação justa, sem imposições." O advogado informou que, no dia 11 de agosto de 2011, foi solicitado à Fundação Cultural Palmares um certificado avalizando o auto-reconhecimento da comunidade como quilombola. Esse certificado pode chegar a qualquer momento."



Juiz manda Incra tirar fazenda da Picadinha de estudo quilombola

SÍTIO ACRITICA, 02.04.2013

O juiz federal Francisco Neves da Cunha, da 22ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal (DF), mandou o presidente do Instituto Nacional de de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, retirar do processo de demarcação de área quilombola no Distrito da Picadinha, em Dourados, uma área de 3.538,6215 hectares pertencente a Alcides Pereira Cortez.

“A decisão faz parte da ação cível número 0059544-16.2012.4.01.3400 impetrada pelo produtor rural contra ato do presidente do Incra e deve refletir sobre os demais processos que contestam a existência de área quilombola em Dourados”, explica o advogado Cícero Costa, que representa o produtor na ação.

Na ação, o advogado contesta o ato administrativo que teria conferido às terras da Picadinha a qualidade de “ocupadas por descendentes de escravos”, ou seja, o ato declaratório, que deveria ser consequente de um amplo estudo tornou-se a causa da identificação das terras como quilombolas.

Em sua defesa, o presidente do Incra alegou que o ato administrativo assegurava “um direito associado à identidade étnica do grupo, posto que a terra que vem sendo ocupada pelo grupo, bem como a terra que deveria estar sendo ocupada pelo grupo, é o elo que mantém a união do grupo e que permite a sua continuidade no tempo, através das gerações, possibilitando a preservação da cultura, dos valores e do modo peculiar de vida da comunidade.”



Comissão discute políticas para quilombolas

SÍTIO TOP, 02.04.2013

Na manhã de ontem foi realizada mais uma reunião da Comissão Especial da Promoção da Igualdade, presidida por Bira Corôa (PT). Durante a reunião foi definido pelo colegiado que na próxima terça-feira, 9 de abril, haverá uma audiência pública para discutir Políticas Públicas Quilombolas na Bahia. A sessão contou ainda com a presença do vereador Manoel Paixão (PT), da cidade de Nazaré das Farinhas, que declarou ter sido vítima de preconceito racial pela polícia no último final de semana, quando passava o feriado em casa, ao lado de seu familiares. "Mesmo sendo vereador, fui agredido pela polícia, tive minha casa invadida e ouvi coisas do tipo, 'errado é o povo que vota no negro'".

Até quando o negro sofrerá preconceito?", questionou o parlamentar. O presidente do colegiado também aproveitou a oportunidade para informar que o projeto de lei que institui o cadastro estadual de pessoas desaparecidas já está na Comissão de Direitos Humanos. Ele acredita que este é um dever do Estado e que ajudará no combate ao tráfico de pessoas. "A ausência de um banco de dados tem permitido a marginalidade. A sociedade tem que ser parceira desta causa. O Brasil se debruça para um problema de muitos anos, que passava despercebido e que a TV Globo está inserindo em sua novela, trazendo este assunto à tona", declarou o deputado Bira Corôa.



Ong é denunciada por incentivar índios a trancar BR com corrente

SÍTIO OLHARDIRETO, 02.04.2013

Uma organização não governamental (Ong) está sendo acusada de incentivar indígenas a criar um pedágio e bloquear trecho da BR-174 - que passa próximo a uma reserva no Estado do Acre.

O caso chegou até a Comissão de Integração Nacional Desenvolvimento Regional e Amazônia da Câmara Federal pelas mãos de parlamentares acreanos.

Duplicação da BR 174 e contorno sul só dependem de Silval, lembra Jaime
Dilma insere BR 174 entre Colniza e Castanheira no PAC, anuncia Silval

Segundo a denúncia, a rodovia é fechada todos os dias, por volta das 18h, com uma corrente, interrompendo o tráfego de veículos de passeio e de cargas na região.

Índios são advertidos para pararem com bloqueios e saques em rodovia

O diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), General Jorge Fraxe, foi convidado a dar explicações sobre o fato no dia 26 de abril.

"Isso é um absurdo. Ainda mais para uma região que tem poucas estradas e em condições precárias", afirmou o presidente da Comissão, Jerônimo Goergen (PP-RS).

Segundo ele, a Polícia Federal e o Exército brasileiro negam que tenham determinado o bloqueio da BR 174.

"Queremos que o governo, que é o responsável pela administração da rodovia, possa dar uma normalidade de fluxo e que este bloqueio acabe o quanto antes", conclui.